

PERSPECTIVAS

Artigo convidado

Versão traduzida

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020180311>

LIXO GLOBAL: DE QUEM É A CULPA PELA EPIDEMIA DE OBESIDADE?

OBSERVANDO A TRANSIÇÃO NUTRICIONAL EM BELIZE

Visitei o Sul de Belize pela primeira vez em 1976. Como um estudante de Arqueologia, foi-me atribuída a tarefa de cavar trincheiras de teste numa cidade antiga recém-descoberta, logo no início da estação chuvosa. Como as minhas escavações inundaram, passei o tempo sentado em casas próximas conversando com o povo Maia Q'eqchi na aldeia próxima, que me convenceu a mudar para a antropologia cultural. Três anos depois, voltei a realizar pesquisas para minha dissertação. Passei um ano morando em três aldeias diferentes, ajudando as pessoas a limpar e plantar suas roças de milho, acompanhando as expedições de caça e pesca, e passando muitas horas conversando e entrevistando pessoas em suas casas, muitas vezes durante uma refeição.

Todos os que podiam andar trabalhavam longas horas a cada dia. Enquanto os homens limpavam e plantavam, as mulheres carregavam pesadas cargas de milho durante quilômetros por trilhas difíceis. Cortavam lenha, carregavam água, cuidavam dos porcos e aves, e passavam horas, todos os dias, moendo milho para o alimento básico diário de tortilhas e tamales feitas à mão. Sua dieta era quase inteiramente de base local – mais de 50 tipos de plantas cresciam e eram cultivados nas suas roças e quintais e a floresta assegurava um fornecimento estável de alimentos silvestres, animais pequenos e peixes. Havia alguns pequenos comércios nas aldeias que comercializavam produtos enlatados, querosene, medicamentos básicos, refrigerantes, rum, doces e salgadinhos, além de farinha de trigo, açúcar e sal. Conquanto quase todos tinham uma dieta adequada, ninguém tinha muito dinheiro, de maneira que não poderiam arcar com uma dieta que não fosse baseada em alimentos locais. Uma pequena lata de peixe em lata um punhado de doces para as crianças, um pote de café instantâneo – essas eram guloseimas ocasionais. As pessoas construía suas próprias casas inteiramente a partir de materiais recolhidos na floresta. Pensando em meu tempo lá, eu nunca vi um Q'eqchi' com sobrepeso ou obeso durante o ano inteiro.

RICHARD WILK

wilkr@hotmail.com

ORCID: 0000-0001-8623-7874

Indiana University, Bloomington,
IN, Estados Unidos da América

Richard Wilk

Quando saí do Sul de Belize, em 1980, as coisas já estavam mudando. Nas aldeias mais acessíveis, as crianças estavam recebendo uma educação melhor e aprendendo a falar inglês. Muitos adultos encontravam trabalho em fazendas próximas, e estavam ganhando mais dinheiro, com a venda de arroz, porcos e cacau – e, por um curto período, a maconha. Telhados de metal começaram a substituir telhados de palha, as pessoas compravam roupas, rádios e bicicletas.

Na década de 1980, vivi e trabalhei em outras partes do país, mas podia ver que o ritmo da mudança foi aumentando. As trilhas esburacadas que antes usava transformaram-se em estradas utilizáveis, percorridas por motos e alguns caminhões; surgiram poços d'água, escolas e anexos; e algumas aldeias obtiveram água canalizada e geradores elétricos. Os jovens começaram a sair, para a escola ou para procurar empregos, e muitas famílias mudaram-se para novas vilas fundadas ao longo da estrada principal, rumaram para o norte e para mais perto da capital, Belmopan.

Em 2011, levei um grupo de nove alunos para Belize, para um trabalho de campo de estudos alimentares patrocinado pela minha universidade. Os alunos passaram três semanas em aldeias do Norte ao longo da estrada principal e, em seguida, três semanas trabalhando na indústria de turismo na costa litorânea. A ideia era ver se poderíamos encontrar maneiras de colocar mais comida local das fazendas maias nos pratos dos turistas. Um aluno, bioantropólogo, trabalhou numa clínica de saúde local.

O que encontramos nas aldeias maias foi muito semelhante ao que um artigo do jornal *Times*, *How big business got Brazil hooked on junk food* (Como as grandes empresas têm viciado o Brasil em junk food) (Jacobs & Richtel, 2017), descreveu no Brasil. Entre os maias em Belize, muitas pessoas tinham empregos mal pagos e precários nas plantações de banana e cultura de camarão, enquanto outras pessoas vendiam artesanatos e plantavam produtos comerciais como citros e cacau; poucas pessoas praticavam a agricultura de subsistência, e havia grandes disparidades em matéria de habitação e condições de vida. Algumas mulheres, especialmente de famílias mais ricas, tendiam a ficar em casa, cozinhando em fogões a gás e com pouco trabalho físico; depois, casavam-se e tinham menos filhos, mas, com a melhoria dos cuidados de saúde, a taxa de mortalidade infantil caiu. Na década de 1980, os surtos de tuberculose e sarampo mataram muitas crianças e jovens. Telefones celulares e televisores estavam por toda parte.

Mesmo não havendo restaurantes de fast-food e muita publicidade alimentar, a dieta dos habitantes locais tornou-se obesogênica. As tortilhas de trigo, feitas a partir de farinha e

banha de porco refinada, substituíram o milho; a carne enlatada dinamarquesa ou brasileira tornou-se comum; e os refrigerantes açucarados substituíram o mingau de milho ou cacau caseiro. Macarrão instantâneo (com alto teor de sal, gorduras, calorias e conservantes) é um almoço comum para trabalhadores ocupados. Em geral, há muito mais carne na dieta – particularmente frango, que é produzido em uma escala industrial com rações subsidiadas. As crianças atazanam seus pais para receber alguns trocados para comprar lanches, doces ou salgadinhos. Com o aumento do sal, do açúcar e da gordura na dieta, o excesso de peso e a obesidade tornaram-se comuns, especialmente entre as mulheres, e com eles vieram taxas mais elevadas de diabetes e alta pressão arterial. Como essas pessoas são pobres, rurais e mal atendidas pelo sistema de saúde, muitas vezes não conseguem obter os medicamentos que prolongariam suas vidas e eliminariam as amputações.

Esse é o famoso “duplo encargo” – a combinação de desnutrição e obesidade, baixa estatura e excesso de peso, a superalimentação e deficiência de vitaminas (Popkin, Adair, & Ng, 2012). O mais cruel de tudo é que, enquanto as pessoas tornam-se mais gordas, também estão mais expostas à cultura moderna, a expectativas idealizadas de magreza, vendida pelas indústrias de beleza e dieta por meio da televisão, na maioria das vezes, canais a cabo dos EUA. Embora haja muito pouca publicidade direcionada diretamente para elas, os canais americanos estão cheios de anúncios de *fast-food* e alimentos de conveniência, bem como alimentos dietéticos e campanhas de emagrecimento. Veem programas com anfitriões-modelo perfeitos e programas como *The Biggest Loser* (O Grande Perdedor). É difícil dizer qual o efeito que essas mensagens contraditórias têm na sua dieta, porque muito da sua comida agora é importada, salgadinhos e alimentos calóricos são baratos e estão sempre disponíveis. Por que seu ambiente se tornou tão obesogênico num espaço de tempo relativamente curto?

DE QUEM É A CULPA?

Um dos princípios mais fundamentais do capitalismo contemporâneo é a soberania do consumidor, o direito dos consumidores de comprar o que podem pagar – mas algumas pessoas têm muito mais opções do que outras. Não importa o quanto as pessoas gostariam de comprar suco de couve orgânica, se não podem encontrá-lo. Esse é o ponto de discussões sobre desertos alimentares, locais onde alimentos saudáveis não estão disponíveis. A ideologia da soberania do consumidor esconde as práticas que determinam a nossa gama de opções. Os fabricantes

dizem-nos que, se houver uma demanda, alguém a satisfará, e que eles não devem ser culpados se existirem más consequências para a saúde, porque eles estão apenas dando às pessoas o que elas querem. Diante de produtores de alimentos industrializados, que dizem: “Deixe o comprador ficar alerta”, é fácil recair na narrativa comum da corporação malévola, a sedução do consumidor e a vítima maltratada, mas há muitas outras partes envolvidas na história (as histórias não têm variáveis).

A experiência ensinou-nos que as empresas venderão qualquer produto que seja legal (e alguns que não são), a quem podem, sempre que podem, sempre que possam obter lucro ou expandir seu mercado. Elas veem isso como sua missão. Esperar que as empresas ignorem mercados potencialmente lucrativos é como pedir que um rio corra no sentido contrário. A única coisa que pode parar as multinacionais globais de vender comida ruim às crianças são os governos. Apenas os governos podem criar restrições legais que proíbam, licenciem, fiscalizem ou regulem produtos em nome da saúde pública. A maioria dos países tem algumas leis que regulam a publicidade e vendas de tabaco, mesmo que muitas pessoas desejem fumar. Os acordos internacionais e as leis nacionais proíbem a compra e venda de muitos outros produtos que são julgados perigosos para a saúde pública (por exemplo, melamina) ou para o ambiente (por exemplo, DDT). Somente a pressão pública, apoiada pela ciência, pode forçar os governos a regular um produto popular e lucrativo. No caso da obesidade, a necessidade de apoio público e ação governamental é tão urgente que encontramos acadêmicos normalmente reservados dispostos a usar termos como “epidemia”, “crise” e “emergência”.

Muitos governos não respondem à pressão pública ou aconselhamento médico. Particularmente em países pobres, empresas multinacionais exercem um poder e peso político consideráveis, e usam todos os meios legais para combater a legislação local que impeça ou limite o seu acesso aos consumidores nacionais. Todos os governos devem contrapor a influência financeira das multinacionais ao aumento do custo dos serviços de saúde e tratamento de doenças relacionadas com a dieta e o peso. Lugares onde mais de 40% da população adulta tem diabetes ou hipertensão arterial representam verdadeiramente uma emergência de saúde pública, que exige medidas heroicas. Os governos que não podem oferecer tratamentos e medicamentos adequados para essas condições prolongam a miséria e matam pessoas. Nenhuma economia pode prosperar com uma mão de obra debilitada, e as ONGs, instituições de caridade e empresas não podem preencher essa lacuna.

Isso significa que devemos culpar os governos pela crise? Não. Temos alguns exemplos brilhantes de governos locais e

nacionais que combatem ativamente a obesidade infantil. Por exemplo, apesar da forte oposição da indústria de alimentação, o Chile tem tomado medidas dramáticas, regulando a exposição de crianças à publicidade de alimentos não saudáveis, exigindo rótulos com alertas, tributação sobre refrigerantes e o banimento de *junk food* em escolas. Porém, ainda não sabemos se essas medidas reduziram a incidência de obesidade.

Mais importante ainda, existem fatores estruturais no capitalismo que configuram situações em que alimentos de conveniência e *fast food* se tornam acessíveis e populares. Estes se enquadram na categoria do que Galtung (1969) e Farmer (1996) definiram como “violência estrutural”, aspectos da economia política que criam as condições de pobreza e fome e, em seguida, apresentam a comida barata como solução. Prefiro o termo usado pelo economista social indiano Naila Kabeer, “estruturas de constrangimento” (Kabeer, 1994), que deixa claro que, conquanto as pessoas fazem escolhas, muitas vezes não têm opções saudáveis ou positivas. Esse conceito afasta-nos das explicações fáceis que tendem a culpar as vítimas.

Essas estruturas de constrangimento são, em grande parte, invisíveis porque inicialmente não parecem incidir sobre alimentos. Em muitos lugares, a desigualdade na propriedade de terras agrícolas é uma estrutura de constrangimento; sem acesso à terra, não é possível cultivar comida. Temos que incluir a legislação de propriedade à terra e combater a corrupção que frequentemente afastam os pequenos produtores e favorecem as grandes pastagens e monoculturas, como por exemplo, as extensas plantações de palmeiras para produção de óleo vegetal, plantações de banana e de soja. As pessoas que podiam escolher como usar suas terras acabam como trabalhadores de baixa remuneração nas plantações e fazendas de gado, às vezes nos mesmos terrenos que eram seus. No litoral, as pessoas que antes eram pescadores artesanais independentes são deslocadas pelo desenvolvimento turístico, pelas casas dos ricos, e pelo tipo de desenvolvimento e práticas de pesca que destroem os recursos de que as pessoas outrora dependiam. Comunidades autossuficientes prósperas dispersam-se em indivíduos isolados e famílias que procuram trabalhar como garçons, cozinheiros, zeladores, caseiros, vendedores de rua ou trabalhadores subempregados. Chamar isso de uma escolha é ironia cruel.

Nós também vivemos numa economia alimentar global que é estruturada por expansões, contrações, falências e modismos. Esterik (2006) demonstrou que muitos dos alimentos de que as populações rurais e pobres do Laos rural precisavam desapareceram de suas dietas depois de esses alimentos serem descobertos por *gourmets* estrangeiros, fazendo com que os preços subissem. O que acontece quando a expansão passa? O

trabalho de McDonnell (2015) com agricultores de quinoa no Peru mostra que, no auge da expansão, quando os preços eram altos, sua dieta mudou para alimentos não indígenas menos nutritivos. Agora que a quinoa não é mais um alimento milagroso e está sendo cultivada de maneira mais barata nos Estados Unidos e em outros países, seu preço no Peru diminuiu, mas as famílias tiveram dificuldade em voltar para sua dieta baseada em quinoa. Em muitos lugares, a etnicidade, a classe e o status social estão intimamente relacionados com o que se ingere, e a mobilidade social motiva uma mudança na dieta.

Quando os pequenos agricultores deixam o campo para viver na cidade, encontram muitas estruturas novas que condicionam as suas escolhas e opções de comida. Bairros urbanos pobres são, frequentemente, desertos alimentares, localizados longe de mercados acessíveis e locais de trabalho. Com múltiplos empregos, os pais muitas vezes dependem de alimentos de conveniência altamente processados, o que significa que seus filhos crescem com pouco apetite para os alimentos básicos das populações rurais. E como podemos culpá-los, quando os agricultores pobres normalmente têm uma dieta monótona de mingau, tubérculos ou pão?

A distribuição do comércio varejista e a proliferação de supermercados constituem outra estrutura de constrangimento. As decisões sobre o que se passa nas prateleiras no supermercado e nas lojas dificilmente são transparentes, e podem até ser segredos industriais. Nos Estados Unidos, por exemplo, os atacadistas e os fabricantes de alimentos devem pagar a cadeias de supermercados de varejo pelo espaço das prateleiras; isso é chamado de taxa de colocação, taxa de visualização ou subsídio de colocação. O Centro de Ciência do Interesse Público (*Center for Science in the Public Interest*) argumenta que essa prática favorece grandes empresas em detrimento de empresas pequenas e *start-ups*, reduz a inovação e torna possível a fornecedores de *junk food* colocar seus produtos em locais cruciais da loja, especialmente próximos aos caixas de pagamento (Rivlin, 2016). Você literalmente não pode fazer compras na maioria dos supermercados americanos, ou em qualquer outra loja de varejo de cadeia, sem passar por prateleira após prateleira de alimentos com alto teor calórico e salgadinhos.

As estruturas de constrangimento também incluem as regras do comércio internacional, um sistema que ainda permite que grandes países, ricos e poderosos, possam subsidiar alimentos baratos para exportação, embora defendam o livre comércio. Subsídios para milho no Centro-Oeste dos Estados Unidos, por exemplo, mantêm os preços do xarope de milho rico em frutose, assim como o óleo de milho baixos no mercado mundial, onde substituem produtos locais. Nunca me esqueci de quando comi caudas de peru grelhadas de um vendedor de

rua em Gana, na década de 1980, uma exportação barata dos Estados Unidos, onde os pedaços gordurosos são considerados resíduos. Os americanos comiam as partes magras e exportavam a gordura. Gewertz e Errington (2010) documentam o mesmo tipo de comércio de rebarbas, barrigas de carneiro gordurosas da Nova Zelândia e da Austrália exportadas para todas as ilhas do Pacífico. Também investigaram o crescimento da indústria de macarrão instantâneo (Errington, Gewertz, & Fujikura, 2013).

Naturalmente, a indústria global de alimentos aproveita dessas estruturas de constrangimento. Quando as pessoas deixam de ter acesso às frutas ou mel, ficam felizes por comprar doces, refrigerantes e salgadinhos. Quando já não podem fazer crescer seu próprio milho, compram qualquer alimento básico contendo amido barato disponível no mercado local, temperam-no com sal e confeccionam-no com muita gordura. Em Belize, observei que os empresários locais não podem vender seus próprios salgadinhos, chips de banana ou doces de gergelim nos supermercados. Não têm acesso à melhor tecnologia de conservação e acondicionamento, e carecem de recursos para divulgar e distribuir os seus produtos de maneira competitiva. A água de coco engarrafada localmente estraga-se rapidamente, doces de gergelim derretem, e os *chips* ficam rançosos. Os salgadinhos locais não podem competir com tubos de Pringles® coloridos (e eternamente imperecíveis) entregues semanalmente por caminhão.

Os fabricantes de salgadinhos gastam milhões de dólares para desenvolver maneiras de apresentar e exibir seus produtos em embalagens convenientes que atrairão a atenção do consumidor e dólares. Constroem as suas próprias estantes e mostruários, e encontram inúmeras maneiras de visualizar e vender seus produtos. São hábeis em fazer a “lavagem verde” de alimentos – enganosamente comercializados e promovidos como ambientalmente corretos, saudáveis ou naturais. Funcionários de saúde pública têm que lidar com prateleiras de alimentos cientificamente produzidos para conter combinações irresistíveis de sal, açúcar, gordura e sabores artificiais sedutores (Moss, 2013; Schatzker, 2015). Se aceitarmos a soberania do consumidor como o princípio básico do comércio varejista, esses alimentos baratos serão aqueles que as pessoas escolherão, e nenhuma autoridade de saúde pública poderá competir com o orçamento de publicidade ou poder político de uma corporação multinacional de alimentos.

CONCLUSÃO: O QUE TEM DE SER FEITO?

O desenvolvimento dos países mais ricos oferece algum motivo de esperança. Nos Estados Unidos, as taxas de obesidade atingiram um pico e estão começando a diminuir, e as pessoas estão

Richard Wilk

comendo menos carne e mais peixe. O movimento de defesa de alimentos saudáveis e orgânicos está tendo uma influência do mercado, mesmo na ausência de regulamento substancial por parte do governo federal. De acordo com Popkin et al. (2012), mais de 20 países proibiram as bebidas açucaradas nas escolas, e 12 proibiram os sucos de fruta 100%. O livro da Nestlé (2017) sobre refrigerantes açucarados propõe várias estratégias para reduzir o seu consumo. Certamente, os governos têm muitas ferramentas em todos os níveis que podem usar para melhorar diretamente a dieta das pessoas.

Como descrevi, as principais causas da obesidade e doenças relacionadas são condicionantes estruturais, mas omiti vários outros problemas estruturais, tais como desigualdade de gênero e de renda. Se queremos mudar essas condicionantes, temos de começar com a política agrícola, os acordos comerciais, a posse de terra e o sistema de venda de varejo, entre outros temas. Comida é o que Mauss (1990) chamou de "fato social total", que se estende a cada aspecto da vida humana. Assim como estudos de alimentos requerem a participação de muitas disciplinas, as políticas alimentares não podem concentrar-se apenas em dieta e nutrição. Não devemos centrar a nossa atenção no pai Q'eqchi' que compra uma Coca-Cola® gelada para a sua filha num dia quente, mas sim abordar os sistemas que fazem da Coca-Cola® a única opção.

REFERÊNCIAS

- Errington, F., Gewertz, D., & Fujikura, T. (2013). *The noodle narratives: The global rise of an industrial food into the twenty-first century*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Farmer, P. (1996). On suffering and structural violence: A view from below. *Daedalus*, 125(1), 261-283.
- Galtung, J. (1969). Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191
- Gewertz, D., & Errington, F. (2010). *Cheap meat: Flap food nations in the Pacific Islands*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Jacobs, A., & Richtel, M. (2017, Set. 16). How big business got Brazil hooked on junk food. *New York Times*. Recuperado de <https://www.nytimes.com/interactive/2017/09/16/health/brazil-obesity-nestle.html>
- Kabeer, N. (1994). *Reversed realities: Gender hierarchies in development thought*. London, UK: Verso.
- Mauss, M. (1990). *The Gift: Forms and functions of exchange in archaic societies*. London, UK: Routledge.
- McDonnell, E. (2015). Miracle foods: Quinoa, curative metaphors, and the depoliticization of global hunger politics. *Gastronomica, the Journal of Critical Food Studies*, 15(4), 70-85. doi:10.1525/gfc.2015.15.4.70
- Moss, M. (2013). *Salt, sugar, fat: How the food giants hooked us*. New York, NY: Random House.
- Nestlé, M. (2017). *Soda politics: Taking on big soda (and winning)*. New York, NY: Oxford University Press.
- Popkin, B. M., Adair, L. S., & Ng, S. W. (2012). The global nutrition transition: The pandemic of obesity in developing countries. *Nutrition Reviews*, 70(1), 3-21. doi:10.1111/j.1753-4887.2011.00456.x
- Rivlin, G. (2016). *Rigged: Supermarket shelves for sale*. Washington, DC: Center for Science in the Public Interest. Recuperado de https://cspinet.org/sites/default/files/attachment/Rigged%20report_o.pdf
- Schatzker, M. (2015). *The Dorito effect: The surprising new truth about food and flavor*. New York, NY: Simon & Schuster.
- Van Esterik, P. (2006). From hunger foods to heritage foods: Challenges to food localization in Lao PDR. In Richard Wilk (Ed.), *Fast food/slow food: The cultural economy of the global food system* (pp. 83-96). Lanham, MD: AltaMira Press.